



EDITAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024.

OBJETO: Será objeto da presente licitação, PREGÃO ELETRÔNICO para **Aquisição de Equipamentos Agrícolas em atendimento ao Convênio nº 904749/2020, visando suprir a demanda da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC**, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Termo de Referência anexo I.

ANEXOS:

Anexo I: Termo de Referência;
Anexo II: Minuta de Contrato;
Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;

ÍNDICE

| ITEM | ASSUNTO |
|------|---|
| 1 | DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA A LICITAÇÃO |
| 2 | DO OBJETO |
| 3 | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL |
| 4 | DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES |
| 5 | DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO |
| 6 | DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO |
| 7 | DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E |
| | DOS DOCUMENTOS DEHABILITAÇÃO |
| 8 | DA SESSÃO PÚBLICA |
| 9 | DA FORMULAÇÃO DE LANCES |
| 10 | DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES |
| 11 | DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS |
| 12 | DA HABILITAÇÃO |
| 13 | DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA |
| 14 | DOS RECURSOS |
| 15 | DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO |
| 16 | DO PAGAMENTO |
| 17 | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 18 | DO TERMO DE CONTRATO |
| 19 | DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL |
| 20 | DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS |
| 21 | DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS |
| 22 | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |



Processo Administrativo Nº.:016/2024

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2024**

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

Data e horário da abertura da sessão: **11/04/2024 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)**

Local: comprasgovernamentais.gov.br (COMPRASNET)

Intervalo Mínimo de diferença entre os lances: R\$ 100,00

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Retirada do edital: Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto, Epitaciolândia, Acre. CEP: 69.934-000, no período do dia 01/04/2024 a 10/04/2024, de Segunda à Sexta feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Endereço Eletrônico: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br ;
<http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes>; <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet>

Obs. As empresas que fizerem download do Edital através da página da Internet <http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes> DEVERÃO enviar e-mail para o endereço com os dados da empresa (razão social, endereço, CNPJ / MF, fone, e-mail e pessoa de contato). O não envio dos dados ou envio com dados incorretos exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

A Prefeitura Municipal de Epitaciolândia, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado, torna público, aos interessados que na data, horário e local acima indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, para contratação do objeto especificado no Termo de referência.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº. Lei nº 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021 Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, aplicando se as exigências estabelecidas neste Edital.

O pregão será realizado pela Pregoeiro **Agleison Rodrigues dos Santos**, tendo como equipe de apoios servidores pertencentes a CPL.

Na ausência ou impedimento da Pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

O edital e seus anexos poderão ser retirados pessoalmente na Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto, Epitaciolândia, Acre. CEP: 69.934-000, no expediente de segunda a sexta, das 07:00 às 13:00 horas, **bastando informar os dados do edital a ser requerido e da empresa solicitante, como por exemplo: razão social, endereço, telefone e pessoa para contato ou licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br : <http://app.tce.ac.gov.br/portaldaslicitacoes>: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet>.**

1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO.

- 1.1. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Gabinete da Prefeito, conforme consta no processo administrativo Nº 016/2024 e será gerenciada pela Secretaria



Municipal de Produção, Abastecimento e Desenvolvimento Sustentável.

- 1.2. Dos Órgãos Participantes desta Licitação; Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e Secretaria Municipal de Produção, Abastecimento e Desenvolvimento Sustentável. de Eritaciolândia/AC.

2. DO OBJETO

- 2.1. Será objeto da presente licitação, PREGÃO ELETRÔNICO para **Aquisição de Equipamentos em atendimento ao Convênio nº 904749/2020 SUDAM, visando suprir a demanda da Prefeitura Municipal de Eritaciolândia/AC**, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes no Termo de Referência anexo I.
- 2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, cidadão ou Licitante poderá impugnar o Ato Convocatório do Pregão, por meio eletrônico no e-mail licitação@epitaciolandia.ac.gov.br, ou excepcionalmente na sede da PME, **Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto, Acre**, no horário das 07:00 às 13:00 de segunda a sexta-feira.
- 3.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital e/ou órgão solicitante, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido de impugnação.
- 3.1.2 Acolhida à impugnação contra o Ato Convocatório, desde que altere a formulação da Proposta de Preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 3.1.3 Pregoeiro se pronunciará exclusivamente pelo Sistema Eletrônico Via chat no (COMPRASNET), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, todavia, quando o pregoeiro conceder efeito suspensivo à ela deverá motivar nos autos do processo de licitação.

4. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitação@epitaciolandia.ac.gov.br ou excepcionalmente na sede da PME, **Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto, no horário das 07:00 às 13:00 de segunda a sexta-feira**. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Para cumprimento do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame, os itens com valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil
Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto
Eritaciolândia – Acre CEP 69934-000
E-mail: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br



reais) serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte.

- 5.2. Para estes itens deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item/lote de ampladisputa.
- 5.3. Para os itens que há participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição disposto no art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, tornará o item/lote de ampla disputa.
- 5.4. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 5.5. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que: Cujo o ramo de atividade seja compatível com o do objeto desta licitação;
- 5.6. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante **do item 12** deste Edital;
- 5.7. Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 26 de abril de 2018;
- 5.8. Não estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação **EXCETO** quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
- 5.9. Empresas que **NÃO** estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do posicionamento do STJ (Resp nº 151.567/RJ).
- 5.10. Empresas que **NÃO** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação.
- 5.11. Não estejam com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Estadual;
- 5.12. Não estejam cumprindo sanção – penas de suspensão ou inidoneidade, cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 5.13. Não tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 5.14. Não seja empresa ou instituição vinculada **a Prefeitura de Eritaciolândia**.
- 5.15. Não Constarem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis
- 5.16. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao SICAF, através do portal www.comprasgovernamentais.gov.br
- 5.17. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto
Eritaciolândia – Acre CEP 69934-000
E-mail: licitacao@eritaciolandia.ac.gov.br



- 5.18. Servidor de qualquer Órgão ou ENTIDADE vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- 5.19. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.20. Sociedades Cooperativas.
- 5.21. OSCIP atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 – TCU Plenário).
- 5.22. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital, indicando marca emodelo (**SE HOUVER**) e outra descrição complementar para a identificação clara do produto ofertado.
- 5.23. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campopróprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.24. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.25. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 5.26. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.27. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.28. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos doartigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.29. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 6.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento junto ao provedor do sistema e sua habilitação junto ao SICAF, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal eintransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;
- 6.3. O credenciamento da Licitante dependerá de cadastro atualizado no Sistema deCadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 6.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidadetécnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.5. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo



EDITAL

qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão Contratante ou ao **Órgão Promotor** desta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento dos documentos necessários a Habilitação conforme item 11 do Edital e da Proposta de Preços com valor unitário e total de cada item a ser cotado, a partir da data da liberação do Edital no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Durante este período a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.2. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item acima, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 7.10.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Documentação, Proposta e lances inseridos em sessão pública.

7.5. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.6. A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, e em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMATE as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, prevalecerão às últimas.

7.7. Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme Modelo constante do Anexo III:

- a) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;
- b) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- c) Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.
- d) Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93,



em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

e) Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

f) Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

g) Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, indicando marca e modelo (SE HOVER) e incluindo elementos que de forma inequívoca identifiquem que o produto cotado atende às especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atenda às exigências editalícias.

- 7.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada e analisada pelo Pregoeiro(a), seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 7.9. A Proposta enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.10. O(A) Pregoeiro(a) verificará as Propostas enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam **em conformidade** com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem identificação do licitante.
- 7.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.11. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o **encerramento do envio de lances**.

8 DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 No dia e horário marcados, em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o item 7 – Proposta de Preços,

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto
Epitaciolândia – Acre CEP 69934-000
E-mail: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br



EDITAL

e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

- 8.2** Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> conforme Edital.
- 8.3** Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.
- 8.4** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 8.5** Na ausência ou impedimento do Pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

9 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1.** Somente as Licitantes que apresentaram Propostas em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.2.** Assim como as Propostas, os lances serão conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo do edital.
- 9.3.** Será disponibilizado campo próprio no sistema para a troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes participantes (“chat”), quando convocadas pelo pregoeiro.
- 9.4.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema.
- 9.5.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.
- 9.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.7.** Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance ou percentual de desconto superior registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.8.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.
- 9.9.** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.10.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa aos participantes, no mesmo endereço eletrônico utilizado para divulgação, ou seja, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>;
- 9.11.** Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto e fechado.



- 9.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada, automaticamente no modo no modo de **DISPUTA ABERTO E FECHADO**, após transcorrido quinze minutos do seu início, caso não tenha sido prorrogada automaticamente;
- 9.13. Encerrado o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, por um período de até dez, aleatoriamente determinado, encerrando a recepção dos lances automaticamente.
- 9.14. Encerrados os prazos anteriores, o sistema abrirá a oportunidade, por um período de cinco minutos, para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado, que será sigiloso até o encerramento do prazo;
- 9.15. Na ausência de no mínimo três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão ofertar um lance final e fechado, no período de cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16. Encerrados os prazos acima, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 9.17. Na ausência de lance final e fechado classificado, conforme itens 9.15 e 9.16, haverá reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até no máximo três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.18. Não havendo licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda as exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, conforme previsto no item 9.15.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES

- 10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, após aplicação dos critérios de desempate estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, a saber:
- 10.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação.
- 10.3. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da lei e considerará as propostas iguais àquela melhor classificada e aquelas superiores em até 5% (cinco por cento), e selecionará dentre estas a melhor proposta, que terá preferência de contratação conforme § 2º do art. 44 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerada a melhor proposta, na forma do inciso I do art. 45 da mencionada lei. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou EPP, irá para fase de negociação do preço



- diretamente com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação.
- 10.4.** Caso não ocorra lances, deverá ser verificado o valor estimado e a especificação técnica prevista no edital.
- 10.5.** Não será aceito e adjudicado item ou lote cujo preço unitário seja superior ao estimado para a contratação;
- 10.6.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.7.** A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.8.** Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em ata.
- 10.9.** Cumpridas as etapas anteriores e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará, no sistema, a habilitação da Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.
- 10.10.** Caso a Licitante não atenda aos requisitos da Habilitação, será observado o seguinte procedimento:
- 10.11.** Se a proposta classificada pertence a uma microempresa ou EPP, e desde que só exista irregularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, e a declarada vencedora do objeto. Iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, desde que requerido tempestivamente pelo licitante. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro consultará a documentação do Licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado declarado vencedor. Nas demais causas de inabilitação será chamado o licitante seguinte na ordem de classificação.
- 10.12.** Se a proposta classificada não pertencer à microempresa ou EPP, o Pregoeiro convocará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado, declarado vencedor.
- 10.13.** Se a Proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta e documentações subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta e documentação habilitatórias que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ele adjudicado o objeto do



certame.

- 10.14. Será aceito apenas o registro de uma única Proposta vencedora para cada item, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do vencedor.
- 10.15. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 10.16. Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio da proposta atualizada e, se necessário, os documentos complementares, por Item inclusive, relativamente ao último lance ofertado após negociação, podendo também solicitar apenas do licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar.
- 10.17. Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 10.18. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 10.19. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) como vencedora(s) do(s) respectivo(s) Item(s) ou lote(s).
- 10.20. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DOS CRITERIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 11.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
- 11.2. O empate entre duas ou mais Licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas e quando não houver lances para definir o desempate. No caso de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.3. Será admitido apenas 01 (um) Licitante vencedor para cada ITEM.
- 11.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta e dos documentos de habilitação, que não venham causar prejuízo para ao órgão solicitante da Licitação, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, e nem firam os direitos das demais licitantes.
- 11.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao



preço estimado pelo órgão contratante ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 11.6. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.7. Podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 11.8. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 12.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 12.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 12.5. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

12.6. Habilitação Jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento



expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual.

c) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

12.8. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE – Demonstração do Resultado do Exercício ou outras) dos dois últimos exercícios social, conforme art: 69 I da Lei 14.133/2021 (devidamente autenticados através do selo do Contador competente – Declaração de Habilitação Profissional – DHP, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.402/2012), já exigíveis e apresentados na forma da lei, estando devidamente autenticados, que comprovem a boa situação financeira da empresa através do (Índice de Liquidez Positivo), acompanhado da ata de aprovação, devidamente arquivada no registro competente, na hipótese de sociedade anônima, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Os índices de liquidez e solvência, cujos resultados deverão ser maior ou igual a 1 (um), serão calculados através das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} -$$

Ativo Total



SG =

Passivo Circulante + Exigível a Longo PrazoAtivo

Circulante

LC =

Passivo Circulante

- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta, na forma da lei, de acordo com os § 4º do artigo 69 da Lei nº. 14.133/2021. Se o certame for dividido em lotes a exigibilidade será igual ao somatório das propostas que a licitante ofertar, que serão deduzidas de seu Patrimônio Líquido à medida de sua participação e até o limite deste, como requisito necessário para garantir que a fornecedor cumprirá as obrigações originadas da adjudicação.
- d) **Neste certame será permitido a participação de empresa em recuperação judicial, desde que comprovada a viabilidade econômica, através de decisão judicial ou certidão judicial que corrobore essa aptidão.**

12.9. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido **satisfatoriamente** os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- 12.10. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços, em original, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.
- 12.11. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresse, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 12.12. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 12.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 12.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto

Epiatolândia – Acre CEP 69934-000

E-mail: licitacao@epiatolandia.ac.gov.br



- 12.15.** A Licitante que for declarada vencedora de algum ITEM do presente Edital, terá o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação feita pelo(a) Pregoeiro(a) via sistema, para enviar a proposta final ajustada ao último valor ofertado e documentos complementares (quando for o caso), devendo serem anexados, preferencialmente, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, remetidos para o endereço eletrônico licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br, PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELO PREGOEIRO E REGISTRADO NO SISTEMA.
- 12.16.** Visando o princípio da transparência, os documentos remetidos para o e-mail licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br serão disponibilizados, pelo pregoeiro(a) no endereços eletrônico junto ao edital da licitação, para consultas pelos interessados, além dos demais já inseridos no endereços eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
- 12.17.** A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.
- 12.18.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.2.** Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico do órgão contratante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;
- 13.3.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.4.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.5.** Os licitantes serão comunicados sobre a reabertura da sessão, para acompanhar a continuidade da mesma.
- 13.6.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail e mensagem no site eletrônico utilizado para divulgação <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.
- 13.7.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



EDITAL

14. DOS RECURSOS

- 14.1. Qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, imediatamente após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de vinte minutos**, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 14.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 14.3. Será concedido a Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 14.4. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do Órgão Promotor adjudicará o objeto à licitante classificada.
- 14.7. Adjudicado o objeto ao licitante classificado, a Autoridade Superior do Órgão Contratante homologará o resultado da licitação para fins de contratação.
- 14.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, prosseguindo-se normalmente, com as demais fases previstas no Edital.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo (a) Pregoeiro (a) sempreque não houver recurso, após o recebimento dos documentos conforme previsto no item 12.9.
- 15.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente (Órgão Contratante) e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora.
- 15.3. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à autoridade competente (Órgão Promotor) para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Sera conforme o estabelecido no anexo I

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto
Epitaciolândia – Acre CEP 69934-000
E-mail: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br



17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Programa de Trabalho: 06.10.20.0606.0073.1.013 – Patrulha Agrícola Mecanizada.

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte de Recurso: 1500 – RPM e 1.700 – Convênio.

18. DO TERMO DE CONTRATO

- 18.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será assinado contrato com a empresa adjudicada, conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.
- 18.2. A Licitante vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento (no ato da contratação).
- 18.3. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.
- 18.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei N.º 10.520/02, e a Comissão Permanente de Licitação – CPL, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.
- 18.5. Como condição para celebração do Contrato, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.
- 18.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor **do órgão contratante**, designado como Representante, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.
- 18.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.
- 18.8. As sanções a serem aplicadas devem obedecer ao decreto Estadual nº 5.965/2010, que, dentre outras matérias, dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, no âmbito do Estado do Acre.

19. DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 19.1. A licitante deverá apresentar garantia conforme previsto no termo de referência.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Pela inexecução total ou parcial da obrigação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF:
- 20.2. **Advertência**, nas hipóteses de execução irregular da obrigação, que não resulte prejuízo para o serviço desta Prefeitura;



- 20.3. Multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155](#) da lei 14.133/2021.
- 20.4. Impedimento de Licitar e Contratar**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 20.6.** Caso a licitante declarada vencedora se recuse a cumprir a obrigação, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.
- 20.7.** Expirado o prazo proposto para a entrega do material, sem que a adjudicada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1 % (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da adjudicação.
- 20.8.** Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras legais.

21. DO LOCAL DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 21.1.** Os equipamentos deverão ser no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sob demanda e, montados quando for o caso nos locais indicados na Ordem de Entrega no município de Epitaciolândia, com frete e despesas de instalação ou montagem inclusas sem qualquer ônus para a Contratante;
- 21.2.** Os serviços supracitados deverão ser executados por mão de obra qualificada e em conformidade com as normas técnicas da ABNT, correspondentes a este tipo de serviço;
- 21.3.** Todos os itens objeto deste termo deverão ser entregues acompanhados de documentação técnica (manuais, catálogos, prospectos técnicos e laudos) relativos ao objeto ofertado, incluindo o respectivo Termo de Garantia e Certificado do Inmetro quando for o caso.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1.** A presente licitação poderá ser revogada ou anulada, observado o disposto no art. 71, da Lei nº 14.133/2021.



- 22.2.** A autoridade competente para homologar, revogar ou anular a presente licitação é o Prefeito Municipal.
- 22.3.** Os anexos I, II, III, IV, V, VI e VII são partes integrantes do presente edital.
- 22.4.** A cópia completa do Termo Convocatório e anexos serão distribuídos aos interessados, na forma da Lei.
- 22.5.** A CPL dirimirá as dúvidas que venham a ser suscitadas pelo presente Edital, desde que manifestada por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.
- 22.6.** No ato de retirada do Edital e Anexos, o licitante deverá assinar recibo, onde constarão os dados do adquirente.
- 22.7.** É facultada à CPL ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 22.8.** Não serão admitidas a esta licitação as empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.
- 22.9.** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o fórum competente será o da comarca de EPITACIOLÂNDIA/Acre.
- 22.10.** Os recursos cabíveis, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser interpostos ao Sr. Presidente da Comissão de Licitação, observando-se o prazo legal para interposição.

23. DO PADRÃO ÉTICO LICITATORIO

- 23.1.** O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.
- 23.2.** O Presidente da CPL ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 23.3.** - Definições de práticas corruptivas compreendem os seguintes atos:

a) suborno: ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

b) extorsão ou coação: tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

c) fraude: falsificação de informação ou ocultação de fatos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo;



Prefeitura Municipal de Epitaciolândia
Comissão Municipal Permanente de Licitação
PREGAO ELETRONICO
Nº 001/2024 – CMPL

EDITAL

Folha Nº _____

Rubrica _____

d) conluio: acordo entre os licitantes destinados a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

28.4. - Fica constituído o Foro da Cidade de EPITACIOLÂNDIA para solucionar eventuais litígios, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Epitaciolândia, Acre 27 de março de 2024

Agleison Rodrigues dos Santos
Pregoeiro



EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIOS Nº 904749/2020 MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SUDAM visando suprir a demanda da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Município de Epitaciolândia possui uma população estimada em 18.979 habitantes, com IDH 0,653, população rural 5.421, população urbana 13.275, localiza-se na região do vale do acre, na micro região de Brasília.

2.2 A proposta apresentada vai de encontro às diretrizes do programa, apoiando e fomentando ações de estruturas dos sistemas produtivos dos agricultores familiares, que irá permitir um aumento significativo na produção e melhoria na qualidade dos produtos ofertados.

2.3 A população a ser atendida é residente em zona rural, composta por agricultores, famílias residentes em Comunidades rurais. Onde a renda das mesmas é atribuída a agricultura familiar, caracterizados como famílias de baixa renda. Em média 5 mil pessoas.

2.4 O Município de Epitaciolândia sofre com a falta de Máquinas e Equipamentos, onde os mesmos são necessários para melhorar a agricultura familiar no município, facilitar o escoamento da produção, melhorar ramais pois os mesmos precisam de manutenção anualmente e promover apoio às ações do Sistema de Inspeção Municipal.

2.5 Melhoria na infraestrutura básica; mais crescimento e desenvolvimento do município; incrementando no quadro de máquinas da Secretaria de Agricultura, consequentemente, sua capacidade funcional; Melhorias na produção agrícola local com o máximo aproveitamento do uso do solo; Recuperação de áreas com baixo potencial agrícola; Fortalecimento da agricultura e permanência do homem do campo nas lavouras.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – Este processo está fundamentado legalmente na Lei nº. 14.133/2021, de 01/04/2021, Lei Complementar 123/06 e a Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor,

4. DO QUANTITATIVO E DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

O objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO é **AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIOS Nº 904749/2020, visando suprir a demanda da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC**, conforme descrito e quantificado no quadro abaixo:



| MAQUINAS | | | | | |
|-------------|---|-----|-----|------------|-------------|
| ITEM | OBJETO | UND | QTD | VALOR UNT. | VALOR TOTAL |
| 1 | Aquisição de Mini Carregadeira com as seguintes especificações mínimas: Motor a Diesel 4 Tempos, Potencia Liquida mínima de 63 HP, Cabine ROPS / FOPS, com Ar Condicionado, Carga operacional mínima 748 Kg, Hidráulico Padrão Joinstych. | UND | 01 | | |
| VALOR TOTAL | | | | | |

5. DO VALOR E INFORMAÇÕES IMPORTANTES À FORMAÇÃO DE PREÇOS:

5.1. O valor estimado para futura aquisições do referido objeto é CONFORME O estipulado no Convenio.

5.2. Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do objeto licitado;

5.3. O Equipamento objeto deste termo, deverão ser entregues a PME devidamente emplacados, com as taxas de emplacamento, Seguro Obrigatório (DPVAT) e IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor) do exercício, bem como todos os custos, pagos e com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;

5.4. A CONTRATADA deverá fornecer garantia, mesmo que de fabricação de terceiros, por período mínimo de 12 (doze) meses ou 2000.000 horas (o que ocorrer primeiro), contados a partir do seu recebimento definitivo, apresentando, no que couber, por escrito, as condições de garantia, que deverá estar expressa na proposta;

5.5. Caso a garantia contra defeitos de fabricação oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no item anterior, o CONTRATADO deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante;

5.6. Durante o período da garantia, o CONTRATADO se obriga a efetuar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição das peças que apresentarem defeito de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação, por outras de origem genuína/original;

5.7. No período de garantia, os serviços de assistência técnica deverão ser prestados nas concessionárias autorizadas pelo fabricante;

5.8. A marca ofertada pela CONTRATADA deverá ter, durante o período de garantia, no mínimo, 01 (um) representante autorizado pelo fabricante a realizar as revisões programadas, execução da garantia e demais reparos no Equipamento, em um raio não superior a **300 quilômetros do local da entrega;**

5.9. Caso a CONTRATADA não possua representante autorizado na distância informada no subitem anterior, deverá declarar e responsabilizar-se formalmente



de que todos os deslocamentos superiores a **300 quilômetros** do local de entrega serão custeados única e exclusivamente pela CONTRATADA, sempre e a qualquer momento que a Contratante o solicitar;

5.10. Deverão ser informados, marcas, modelos e garantia do item ofertados (se for necessário);

5.11. Não serão aceitos maquinas em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

5.12. Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

5.13. No preço cotado deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega;

5.14. Caso o bem (maquina) esteja fora dos padrões toleráveis de aceitação, o fornecedor será responsável pela troca imediata sem qualquer ônus para o contratante;

5.15. As notas fiscais de material entregue para a PME só serão atestadas de acordo com o empenho, (ordinário, global ou estimativo).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega do objeto licitado é de 60 dias após emissão de Ordem de Fornecimento - OF.

6.2. As Maquinas objeto deste TR serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. As Maquinas (objetos licitados) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA GARANTIA DO PRODUTO

7.1. A Maquina devera possuir prazo de garantia dado pelo fornecedor e/ou fabricante pelo prazo mínimo de 12 meses ou 2.000 (duas mil horas) de trabalho, o que ocorrer primeiro.

7.2. Durante o prazo de garantia, o licitante vencedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, as peças que apresentar defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

7.3. Incumbe ao fornecedor o ônus da prova da origem do defeito.

7.4. A CONTRATADA, deverá fornecer juntamente com o objeto, documento de certificação do fabricante de que está apta a assegurar a garantia técnica, de forma a manter o atendimento em rede autorizada, para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização da maquina.



7.5. A garantia deverá ser total, inclusive abarcando os acessórios instalados pela empresa, com cobertura pelo período mínimo de 12 (doze meses) ou pelo período previsto no manual do proprietário, prevalecendo o de maior período.

7.6. No caso da peça ou acessório que apresentar defeito e for substituído, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do objeto.

7.7. A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

7.8. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.9. É vedada a elaboração de manual de proprietário exclusivo para o objeto da presente contratação com termos distintos daqueles fornecidos aos proprietários particulares.

7.10. Considerando que os objetos licitados (maquinas) será utilizado na cidade de Epitaciolândia/Acre, a assistência técnica deverá ser disponível ou na região do Alto Acre ou na Capital Rio Branco/Acre para execução da garantia e assistência técnica por meio de serviços especializados de manutenção homologados pelo fabricante.

7.11. Das condições de assistência técnica:

7.11.1. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.

7.11.2. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante.

7.11.3. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica aos bens, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar os objetos em perfeito estado de uso ou funcionamento, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da solicitação do detentor do bem.

7.11.4. Os serviços de assistência técnica serão executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado em qualquer local (indicados no item 9.10) sem prejuízo das garantias.

7.11.5. A vigência do Contrato não exonera a Contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/90, e alterações – Código de Defesa do Consumidor.

7.11.6. As revisões periódicas previstas no manual do proprietário serão de responsabilidade da proprietária, no caso, os órgãos donatários, na rede de concessionárias autorizadas da fabricante, com ônus para a proprietária, durante o prazo de garantia e das condições estabelecidas no manual do proprietário.

7.11.7. Durante o período de garantia, nos casos em que as revisões



foram realizadas de acordo com o manual do proprietário, em concessionárias autorizadas, caso ocorra a necessidade de substituição de peças genuínas decorrentes de vício de fabricação, desde que a proprietária do bem não tenha dado causa ao defeito, o custo da mão de obra especializada necessária e da aquisição da peça será de responsabilidade da CONTRATADA.

- 7.11.8.** Durante o período de garantia, em casos de deslocamentos a outras cidades do Estado onde está sediada a proprietária das máquinas, a CONTRATADA se responsabilizará pela manutenção corretiva das máquinas que apresentarem defeitos, na concessionária autorizada mais próxima, arcando com as peças de reposição e da mão-de-obra necessárias.
- 7.11.9.** Em caso de pane mecânica/elétrica das máquinas que o impeça de circular, os custos de remoção e de transporte (guincho) até a concessionária autorizada mais próxima do local do evento será de responsabilidade da CONTRATADA, independentemente de previsão dessa cobertura no manual do proprietário ou em manuais de serviços acessórios.
- 7.11.10.** A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone de emergência (central/serviço de atendimento ao cliente) para acionamento do guincho nas eventuais ocorrências.
- 7.11.11.** É vedada à CONTRATADA opor qualquer restrição de assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.
- 7.11.12.** As manutenções preventivas, de acordo com o manual do proprietário, para assegurar a garantia de fábrica, serão de responsabilidade e ônus da proprietária do veículo.
- 7.11.13.** Da qualificação técnica, comprovação de capacitação técnica operacional, pela apresentação de atestado (s) expedido (s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a licitante ter fornecido o equipamento compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1.** Acompanhar, fiscalizar e conferir a entrega do OBJETO;
- 8.2.** Efetuar o pagamento pela entrega do Objeto de acordo com o Termo de Referência.
- 8.3.** O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela lei 14.133/21 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
- I. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
 - II. Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021;
 - III. fiscalizar lhes a execução;
 - IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - V. Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese



EDITAL

da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela CONTRATADA, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§1º - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância da CONTRATADA;

§2º - Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no Termo de Referência e na Legislação pertinente, as seguintes:

9.2. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação, nas condições estabelecidas pela CONTRATADA.

9.3. Manter, durante o período de vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.4. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

9.5. Prestar todos esclarecimentos que lhe forem solicitados pela PME, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

9.6. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou propostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela PME.

9.7. Providenciar que seus empregados portem crachá de identificação quando da entrega dos bens moveis a PME.

9.8. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas à execução do objeto deste Termo de Referência.

9.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na Legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PME.

9.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na Legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências da PME, inclusive por danos causados a terceiros.

9.11. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.



EDITAL

9.12. Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência.

9.13. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

10. DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será permitida a cessão, transferência ou subcontratação do objeto licitado.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.1.7. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso



injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2, 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 160, da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

14.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, de e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem



como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

14.2. Observar que os bens moveis da empresa que circularão no âmbito da Administração deverão cumprir os dispositivos legais de proteção ao meio ambiente, para uso de unidades movidas a combustíveis renováveis, de acordo com critérios econômicos e técnicos, conforme estabelece a Lei 9.666, de 16 de junho de 1998.

14.3. Observar e zelar para que os produtos/materiais e peças não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil- polibromados, éteres difenil- polibromados, conforme disposto no Inciso IV do art. 5º da IN/SLTI/MPOG nº 01/10;

14.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

14.5. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades de programas de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

14.6. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº 10.295/01.



14.7. Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09;

14.8. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99;

14.9. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1 O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

Epitaciolândia - Acre, 27 de março de 2024.

Agleison Rodrigues dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº. 003/2024



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CPLEBRAM O
MUNICÍPIO DE EPITACIOLÂNDIA - ACRE E A
EMPRESA _____.

Aos (.....) dias de de 2024, A Prefeitura Municipal de EPITACIOLÂNDIA/AC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Sergio Lopes de Souza**, portador CPF nº xxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxxxxxx SSP/xx, residente e domiciliado nesta Cidade, de EPITACIOLÂNDIA/AC, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **CONTRATANTE**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, nos termos das normas gerais das Leis, 8.429/1992, 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, dos Decretos Federais nº 3.555/2000 e 7.892/2013 e 8250/2014 e, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos. Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial SRP nº 017/2023**, e **HOMOLOGAÇÃO** publicada no **DOE nº, página nº**, resolve Registrar os Preços para a eventual contratação dos itens elencados, **ENCARTE I**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula 1ª – DO OBJETO

1.1 Será objeto da presente licitação, **Aquisição de Equipamentos em atendimento ao Convênio nº 904749/2020 SUDAM, visando suprir a demanda da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia/AC, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA.**

Cláusula 2ª – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global deste Contrato é de R\$ ____ (_____).

Cláusula 3ª – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. As execuções do objeto deste contrato deverão ser executadas no prazo máximo de 12 (meses), contados a partir da expedição da Ordem de entrega.

Cláusula 4ª – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

4.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (meses) tendo início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.



Clausula 5º - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

5.2. Indicar, quando da assinatura do contrato, o endereço, telefone fixo, número do telefone celular do preposto da empresa ou do escritório de representação em no município de EPITACIOLÂNDIA/AC, ou da sede da empresa, qualquer que seja seu endereço;

5.3. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

5.4. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

5.5. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

5.6. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano;

5.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

5.8. A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos / Serviços. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

Clausula 6º - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

6.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus

Serviços de acordo com as determinações deste Termo;

6.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;

6.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas,



indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.5. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

6.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executados fora da especificação ou com problemas;

6.7. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela inexecução total ou parcial da obrigação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF:

7.2. Advertência, nas hipóteses de execução irregular da obrigação, que não resulte prejuízo para o serviço desta Prefeitura;

7.3. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155](#) da lei 14.133/2021.

7.4. Impedimento de Licitar e Contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.6. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a cumprir a obrigação, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

7.7. Expirado o prazo proposto para a entrega do material, sem que a adjudicada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1 % (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da adjudicação.

7.8. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras legais.

Cláusula 7ª – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

São atribuições mínimas do Fiscal/Gestor do Contrato:

7.1. Acompanhar a execução físico-financeira do contrato; conforme artigo 140 da lei



EDITAL

- federal 14.133/2021.
- 7.2. Atestar o recebimento e a qualidade dos bens e serviços contratados, se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratual;
 - 7.3. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e de execução;
 - 7.4. Requerer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;
 - 7.5. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, informando sobre as paralizações ou suspensões que ocorram no contrato;
 - 7.6. Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou autoridade superior eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - 7.7. Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais/produtos fornecidos;
 - 7.8. Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e os créditos orçamentários e financeiros;
 - 7.9. Estabelecer, juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização.
- A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Contratante, designado pela autoridade superior, através de ato de ofício/portaria de designação de gestor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência contratual e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 140 da Lei geral de Licitações 14.133/2021.

Cláusula 8ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos específicos a seguir:

Programa de Trabalho: 06.10.20.0606.0073.1.013 – Patrulha Agrícola Mecanizada.

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte de Recurso: 1500 – RPM e 1.700 – Convênio

Cláusula 9ª – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. Conforme preconiza o artigo 125 da lei 14.133/2021.

Cláusula 10ª – DO PAGAMENTO

10.1. Os Pagamentos serão realizados até 30 (Trinta) dias, após a ordem de fornecimento e empenho.

10.2. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor



devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora serão calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.3. A empresa deverá manter, durante todo o período de fornecimento do produto, a situação de regularidade junto ao sítio específico ou SICAF.

10.4. Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento pelo produto fornecido, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.

10.5. A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

10.6. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de sua responsabilidade. Esse fato não será gerador de direito a atualização monetária.

Cláusula 11ª – DAS PENALIDADES

11.1 . O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará o CONTRATADO as sanções previstas na Lei 14.133/2021, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

11.2. O valor das multas corresponderá à gravidade da infração até o máximo de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em cada caso.

11.3. A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Cláusula 12ª – DO AMPARO LEGAL

12.1. Este contrato será formalizado com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula 13ª – DA RESCISÃO



13.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I, II e III, do artigo 138, da Lei mencionada;

II - Amigável, por acordo entre as partes reduzido a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula 14ª – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, em obediência a Lei nº 14.133/2021.

Cláusula 15ª – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de EPITACIOLÂNDIA/AC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor.

Epitaciolândia, Acre xxx de janeiro de 2024

Município de EPITACIOLÂNDIA

Contratante

Sergio Lopes de Souza

Prefeito Municipal

(Empresa)

Contratada

(Representante Legal)

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto

Epitaciolândia – Acre CEP 69934-000

E-mail: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br



Prefeitura Municipal de Epitaciolândia
Comissão Municipal Permanente de Licitação
PREGAO ELETRONICO
Nº 001/2024 – CMPL

EDITAL

Folha Nº _____

Rubrica _____

Comissão
Permanente de
Licitação – CPL
Epitaciolândia -
AC
Prezados Senhores,

A.....(empresa) estabelecida na
.....inscrit
a no CNPJ
Nº..... e inscrição estadual Nº....., telefones....., e-
mail
.....
, Vem
apresentar proposta para **referente à representação**
do Pregão nº 001/2024, para o item abaixo relacionado.

| Item | Descrição | Unid | Quant | Valor Unit. | Valor Total |
|-------------|-----------------------------|------|-------|-------------|-------------|
| 01 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | 01 | Und. | R\$: | R\$: |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ |

Valor por extenso: R\$

.....(
.....
) ,

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel/Fax: _____ CEP: ____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____

Rua Capitão Pedro de Vasconcelos Nº 257, Bairro Aeroporto
Epitaciolândia – Acre CEP 69934-000
E-mail: licitacao@epitaciolandia.ac.gov.br



**Prefeitura Municipal de Epiatolândia
Comissão Municipal Permanente de Licitação
PREGAO ELETRONICO
Nº 001/2024 – CMPL**

EDITAL

Folha Nº _____

Rubrica _____

_____, c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa

para assinatura do Contrato: Local, de de 2022.

Carimbo, nome e assinatura do representante Legal.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2022.

Obs, este documento deve ser elaborado em papel timbrado da empresa.